

Novo texto da LDB vai sofrer muitas emendas

Ao ser aprovado quarta-feira pela Comissão de Finanças da Câmara dos Deputados, o novo texto da Lei de Diretrizes e Bases (LDB) da Educação escapou do engavetamento, mas não se livrará das emendas que a próxima bancada do Congresso já está lhe reservando a partir do ano que vem. O texto que tramita no Congresso estava agonizante, pois precisava da garantia de aprovação de pelo menos três comissões para não ser arquivado na próxima legislatura. Já havia sido aprovado pela Comissão de Educação e de Justiça. Estava parado na Comissão de Finanças, de onde só se desvencilhou ao apagar das luzes deste mandato, a tempo de se manter de pé para ser votado em plenário no ano que vem.

Resultado de quase dois anos de debates, análise de duas mil sugestões de educadores e entidades educacionais de todo o país e do exame de 978 emendas de deputados, a nova LDB, que deverá substituir a atual Lei 5.692, de 1971 e não vai mais ser votada no Congresso pela bancada que o elaborou, sofrerá alterações. A contar pelas divergências de opiniões da nova bancada, envolvida ou não com o tema, outros longos meses de debates estão por vir e muitas emendas se anunciam.

Palavrosa — “A lei é muito palavrosa. É um tratado em vez de ser uma diretriz”, analisa o professor Darcy Ribeiro, senador eleito pelo PDT do Rio de Janeiro. “Pretendo propor algumas alterações, mas não muitas. Afinal, a lei já está feita”, acrescenta, sem entrar em detalhes.

Ao contrário de Darcy, o professor Flávio José Arns, eleito pelo PSDB paranaense para o primeiro mandato na Câmara, acha que a lei deve ser mais detalhista, principalmente no que diz respeito à educação especial (para crianças portadoras de deficiência). “A LDB não pode ser um enunciado geral dos princípios da educação, tem que detalhar os instrumentos que põe à disposição da sociedade”, diz.

Da atual Comissão de Educação, que esteve à frente da elaboração do texto, com 35 membros, 19 não se reelegeram, entre eles o relator do texto, deputado Jorge Hage (PSDB-BA). Hage há mais de um mês considerava “um otimismo excessivo” crer que a LDB ainda fosse votada este ano. “É lamentável já que o texto foi aprovado por unanimidade na

Comissão de Educação e agora está sujeito a mudanças”, diz.

A deputada Sandra Cavalcanti (PFL), reeleita, considera o texto da nova LDB “bastante aceitável”, mas quer fazer acréscimos. “Na aplicação de recursos públicos quero que se destine uma parcela a bolsas de estudos para o ensino fundamental, onde não haja escola pública. Só que o dinheiro seria gerido pelos pais, não pela escola”, diz. Para Sandra, as imperfeições do texto da LDB são da Constituição que ela interpreta.

Avançada — Já para o deputado estadual, agora eleito federal, Raul Pont (PT-RS), a nova LDB é um avanço. “Ela impõe um padrão único de qualidade entre os estabelecimentos de ensino e propõe um plano de carreira que garante direitos aos professores, estabelecendo contratos de 20 horas de trabalho em sala e 20 horas para outras atividades”, explica.

Mas o que Pont elogia, o conterrâneo Celso Bernardi (PDS), também novato na Câmara, considera inviável. “Se um professor não ganha bem nem trabalha em escolas de qualidade, não adiantam mais 20 horas para outras atividades. Ele não terá dinheiro para fazer cursos”, argumenta ele, que já presidiu a Comissão de Educação da Assembléia Legislativa gaúcha.

O deputado federal eleito pelo PDT gaúcho, Francisco Carrion, quer ser o sucessor do conterrâneo Hermes Zanetti (PSDB), que não se candidatou à reeleição. Zanetti esteve ligado à educação durante todo o mandato. Foi membro da Comissão de Educação e relator da CPI sobre as verbas da Lei Calmon (que destina uma porcentagem do orçamento dos estados e municípios à educação). “A LDB precisa de alterações, mas o mais importante é aprová-la no primeiro semestre de 1991. O texto é bastante progressista e atende aos professores”, avalia Carrion, que participou com sugestões da elaboração da LDB.

Presidente pela quinta vez da Comissão de Educação do Senado, o senador João Calmon (PMDB-ES) promoverá debates sobre a nova LDB, mas não está empolgado. “É desejável que se tenha a LDB, mas não é fundamental, já que a Constituição que está acima dela não é cumprida. Colocar a LDB em vigor não vai resolver o problema da educação”, alerta.